Revista Ciências Sociais em Perspectiva – v. 21, n. 41 – 2º Sem. 2022

Gestão do Ativo Intangível na Área Governamental: Uma análise da produção científica em periódicos Nacionais e Internacionais

EMERSON ORSINI FERRARI e MARTA RAQUEL ZUCHELLI FELIPETTO*[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho foi identificar quais os apontamentos teóricos e práticas mais relevantes da produção científica em periódicos nacionais e internacionais pertinente à gestão do ativo intangível na área governamental. Realizou-se pesquisa quantitativa, descritiva e bibliográfica. A pesquisa bibliométrica foi realizada em periódicos online, sobre o tema gestão do ativo intangível e/ou capital intelectual em Municípios, Estados e Autarquias. Foram pesquisados artigos na base Scopus - Periódicos Capes, com a temática Gestão do Ativo Intangível no Setor Público e Gestão do Capital Intelectual no Setor Público. Obteve-se o retorno de 1.004 estudos utilizando as palavras: Gestão do Ativo Intangível no setor público e 2.840 estudos de Gestão do Capital Intelectual no setor público, os quais, após filtros aplicados a amostra, restaram 12 pesquisas analisad~~o~~as por meio do método de análise descritiva. A maioria dos estudos concentr~~a~~ou-se na gestão de capital intelectual realizados em instituições de ensino superior. Conclui-se que o estudo de gestão do ativo intangível na área governamental é incipiente e apresenta lacunas que podem ser aprofundadas com pesquisas nos diversos orgãos que compõem a administração pública.

Palavras-chave: Gestão. Capital Intelectual. Área Governamental.

Management of Intangible Assets in the Government Area: An Analysis of Scientific Production in National and International Journals

Abstract: The objective of this work was to identify the most relevant theoretical and practical notes of scientific production in national and international journals relevant to the management of intangible assets in the government area.

*Emerson Orsini Ferrari é mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e pós-graduado em Gestão de Negócios para o Setor Elétrico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de se enquadrar na função de administrador da Itaipu Binacional. Marta Raquel Zuchelli Felipetto é mestre em Contabilidade pela Unioeste.
Endereço: emersonferrari@yahoo.com.br

DOI: 10.48075/revistacsp.v21i41.30269

Quantitative, descriptive and bibliographic research was carried out. Bibliometric research was carried out in online journals, on the topic of managing intangible assets and/or intellectual capital in Municipalities, States and Municipalities. Articles were searched in the Scopus - Periodical Capes database, with the theme Intangible Asset Management in the Public Sector and Intellectual Capital Management in the Public Sector. A return of 1,004 studies was obtained using the words: Intangible Asset Management in the public sector and 2,840 Intellectual Capital Management in the public sector, which, after filters applied to the sample, remained 12 studies analyzed from descriptive analysis. Most studies focus on intellectual capital management carried out in higher education institutions. It is concluded that the study of intangible asset management in the governmental area is incipient and presents gaps that can be deepened with research in the various bodies that make up the public administration.

Keywords: Management. Intellectual Capital. Government Area.

Recebido em: 10/12/2022 – **Aprovação**: 24/03/2023

1 INTRODUÇÃO

A temática gestão do ativo intangível que versa sobre a intangibilidade, tem despertado interesse das organizações governamentais, ao considerar as formas de gestão sob o enfoque dos ativos intangíveis. Os ativos intangíveis encontram-se em uma das áreas mais complexas da contabilidade, devido às incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de sua vida útil (Hendriksen & Breda, 1999).

Ao considerar que os ativos intangíveis de gestão estão voltados para a gestão interna do capital intelectual e para divulgação externa, por meio de relatórios (transparência) de seu capital intelectual (Sánchez et al., 2006; Sveiby, 2010), constata-se a necessidade das organizações de ferramentas de gerenciamento dos intangíveis (Roos & Roos, 1997).

Nas últimas décadas a gestão das organizações tem sido focada no conhecimento, ou seja, as organizações reconhecem cada vez mais que os ativos intangíveis são recursos estratégicos fundamentais e um dos principais fatores de valor e gerador de desempenho das empresas (Brandt et al., 2018; Dumay & Garanina, 2013; Moreira et al., 2014).

Observa-se a importância dos ativos intangíveis tanto nas organizações privadas quanto nas organizações públicas. Neste sentido, dentro da questão do ativo intangível, encontra-se o capital intelectual foco da pesquisa de Rodrigues (2018) no estudo de caso realizado no Instituto Federal de Itumbiara (GO) com vistas a medir o Capital Intelectual no setor público, dentro do modelo de Queiroz (2003) na busca por auxiliar a gestão desse conhecimento para uma melhor tomada de decisão. O estudo trouxe a existência da preocupação com seus públicos de interesse, enquanto Transparência, Organização Interna e Qualidade, cujas médias estavam abaixo de

50%, foram consideradas passivo intelectual.

O estudo de Keller et al. (2018) corrobora o tema quanto a questão da inovação ter potencial para a criação de conhecimento e que os ativos intangíveis tendem a serem insumos para criar novos resultados e que estes têm capacidade de contribuir na geração de benefícios futuros para que as entidades possam adquirir competências para controlar e monitorar sua utilização. No que se refere às organizações públicas, Joia (2001) menciona a relevância da gestão dos ativos intangíveis na otimização dos resultados em relação aos serviços públicos prestados, bem como a contribuição na disseminação do conhecimento, uma vez que será utilizado a competência das pessoas, suas habilidades, técnicas e experiência que serão direcionadas em prol do alcance de melhores resultados.

Dentro deste contexto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os apontamentos teóricos e práticas atuais de gestão de ativos intangíveis citadas na literatura no que se refere à área governamental?

O objetivo deste estudo consiste em identificar quais os apontamentos teóricos e práticas mais relevantes da produção científica em periódicos nacionais e internacionais pertinente à gestão do ativo intangível na área governamental.

O presente estudo justifica-se pela contribuição esperada para a comunidade científica e para os gestores, no sentido de destacar os apontamentos teóricos e práticas de gestão de ativos intangíveis no setor público, que auxiliam na identificação e gestão dos intangíveis. O presente artigo está estruturado, além desta introdução, em mais quatro seções. Na segunda, apresenta-se a revisão da literatura e, na terceira seção, são apresentados os métodos e procedimentos do estudo realizado. Na quarta seção apresentam-se os resultados e, por fim, as considerações finais, limitações e propostas para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativos Intangíveis

Conceitua-se, a priori, que os ativos intangíveis são ativos não monetários sem substância física, que carecem de substância (Lemes & Carvalho (2010). Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que os ativos intangíveis devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, precisam ser mensuráveis, relevantes e precisos.

Os ativos intangíveis podem ser considerados como um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, associados aos ativos tangíveis, contribui para a geração de valor das organizações (Kayo, 2002; Perez e Famá, 2006).

Ativos intangíveis como recursos não físicos, que geram benefícios econômicos para a empresa (Meyr et. al., 2019). Os autores citam duas abordagens pertencentes aos intangíveis: relacionada à perspectiva de análise contábil (sujeita à normalização) e à ótica de gestão (mensuração e análise dos ativos intangíveis gerenciáveis).

No que se refere à área contábil, há um arcabouço de leis, decretos e normas que regem a mensuração e reconhecimento dos intangíveis (Skinner, 2008). Dentre essas, menciona a Lei 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei das Sociedades por Ações nº 6404/76. Entre as alterações ocorridas, está a inclusão dos ativos intangíveis como um novo grupo de contas. Ela apresenta uma harmonização das leis nacionais brasileiras como as da Normas Internacionais de Relatório Financeiro Contabilidade (IFRS), órgãos internacionais direcionadores da contabilidade. Com a edição da Lei os ativos intangíveis estão relacionados a benefícios econômicos futuros e, segundo a IAS 38, for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade (IAS 38 § 18).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 04 define o ativo intangível alinhado a definição das Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 38 (IASB – BV2010), o "ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física" e para seu reconhecimento, "requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill)" (CPC, 2015).

Contudo, apesar das mudanças ocorridas com a implantação das normativas, os problemas existentes relacionados aos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras não se resolveram integralmente. Aponta-se a diferença entre a valoração contábil e o valor de mercado da organização. Diferença essa atribuída a não evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis (Gowthorpe, 2009; Guthrie et al., 2012).

Na perspectiva de gestão, os ativos intangíveis são definidos como sendo material intelectual formalizado, registrado e aproveitado, capaz de ser convertido em valor de uso para a organização (Edvinsson & Malone, 1998; Stewart, 1998), são intangíveis que propiciam a geração de riqueza, formado pelo capital humano, capital estrutural e capital cliente (Stewart (1998). Para Perez e Famá (2006) o capital intelectual é realizado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos.

De acordo com Sveiby (1998), a identificação de ativos intangíveis perpassa fundamentalmente pela visão gerencial na condução da estrutura física (tangível) e no conhecimento produzido a partir dela, ou seja, a empresa estruturada pelo conhecimento e não apenas pelo capital.

Na literatura pode-se demonstrar uma síntese de conceitos sobre ativos intangíveis. Conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1

Síntese de conceitos de ativo intangível

Conceito	Autores (Ano)
É a arte de criar valor a partir das alavancagens dos ativos intangíveis de uma organização.	Sveiby (1998)
"O capital intelectual está diretamente relacionado aos elementos intangíveis resultantes das atividades e práticas administrativas desenvolvidas pelas organizações para se adaptarem e atuarem na realidade".	Antunes (2006, p. 23)
"o conjunto de elementos intangíveis que são considerados os principais ativos dos empreendimentos desse novo século"	Oliveira et al. (2008, p. 85)
O capital intelectual é um fenômeno complexo, de caráter eclético e multidisciplinar, o que dificulta a adoção de uma definição e mesmo práticas generalizáveis para a sua gestão.	Rodrigues et al. (2009)
O capital intelectual é um fenômeno complexo, de caráter eclético e multidisciplinar, o que dificulta a adoção de uma definição e mesmo práticas generalizáveis para a sua gestão.	Rodrigues et al. (2009)
"Todos os fatores (recursos, capacidades e competências) críticos para o valor organizacional"	Cabrita et al., (2009 p. 235)
valor econômico de três categorias de ativos intangíveis de uma empresa que inclui capital humano, capital organizacional e capital social coletivamente	Choudhury (2010, p. 72)
O capital intelectual representa a riqueza de ideias e a habilidade de inovar que determinarão o futuro de uma organização.	Sharabati et al. (2010)
O conceito de CI pode ser entendido como "uma técnica de gerenciamento, contabilização e relatórios para entender, medir e relatar os recursos de conhecimento, como competências de funcionários, relacionamentos com clientes, marcas, relações financeiras e tecnologias de informação e comunicação".	Guthrie et al. (2012, p. 70)
"Forma de criação de valor das organizações através de seus recursos monetários, não-monetários, físicos e não-físicos que precisam ser identificados (know), usados (explorados), medidos (avaliados, controlados) e gerenciados adequadamente".	Gogan et al. (2014, p. 729)
a soma de todos os recursos de conhecimento organizacional, que reside em aspectos dentro, bem como fora da organização.	Singh & Rao, (2016, p. 132)
O capital intelectual tornou-se o principal ativo das organizações por ser um ativo intangível com elevada capacidade de gerar benefícios para as entidades que controlam sua aplicação.	Gimenes et al., 2019

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Corrobora com o tema os estudos de Rodrigues, Dorrego, Fernández e Fernández Jr,

(2009) e Gimenes, Mota, Tapia, Carraro e Gonçalves, (2019). Para os autores, o ativo intangível é comumente considerado como o conhecimento que pode ser convertido em valor.

2.1.1 Ativos Intangíveis no Setor Público

O ativo intangível, dentro do setor público, possui normas e manuais que os regem. Alguns destes com objetivo de regulamentar os dispositivos contidos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, recepcionada pela Constituição Federal de 1988, que tem como pressuposto temas relacionados à eficácia e efetividade na gestão pública.

Para que o ativo intangível seja reconhecido no setor público este precisa estar compreendido em alguns conceitos que estão definidos na Norma Brasileira de Contabilidade aplicado ao Setor Público Estrutura Conceitual identificada pela sigla (NBC TSP Estrutura Conceitual) (NBCASP) (NBC TSP 08 (2017), baseada no IPSAS 31 – *IntangibleAssets*). A entidade precisará demonstrar que o ativo se enquadra na definição de ativo intangível e aos critérios estabelecidos na norma para serem reconhecidos como tal, e serão reconhecidos somente se for provado que o mesmo gera benefícios econômicos ou que tenha potencial para serem utilizados na prestação de serviços para a entidade. E o custo ou valor justo desse ativo pode ser, de forma confiável, mensurado, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos na NBC TSP 08 (2017) descritos na Tabela 2.

Tabela 2

Critérios técnicos de identificação de ativos intangíveis no setor público

Item	Critério	Descrição
Definição de Ativo Intangível	Identificável	Para que seja identificável, é necessário que o ativo intangível seja separável ou que resulte de acordos vinculantes. A norma estabelece que para ser separável, o intangível precisa ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. Os acordos vinculantes podem resultar de contratos ou outros direitos legais sobre o bem, independente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.
	Controlado	Tal fato ocorre quando a entidade detém o poder de obter benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados pelo recurso, bem como o domínio de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.
	Gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços	Os benefícios gerados pelo bem podem incluir receitas da venda de produtos ou serviços, redução de custos resultantes do uso do ativo ou outros benefícios para a entidade pública.

Fonte: Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 08 (2017)

A norma internacional preconiza o ativo intangível como sendo algo separável, que é parte de um compromisso obrigatório, o qual possui a gestão exercida por um ente público com

potencial de gerar benefícios futuros ou propiciar serviços futuros e ser mensurável com segurança. Esse conceito está alinhado com o normativo nacional no qual, o ativo intangível deve ser reconhecido, mas, para isso, precisa estar enquadrado com tal, ressalta-se, ainda, que a metodologia utilizada na área contábil pode até divergir desse entendimento para identificar recursos, porém, ambos os conceitos tratam de criação de valor futuro, inimitável e insubstituível (Almeida, 2015; Kayo, Kimura, Martin & Nakamura, 2006)

No que tange a questão de criação de valor cabe ressaltar que não é tão simples comparar o valor do serviço público prestado numa cidade para com a outra, cabe a administração municipal buscar mecanismos para que se possa mensurar o valor do serviço prestado e combiná-lo com o seu valor social, quando da prestação de contas à sociedade, uma vez que não há parâmetros de mercado para medir a utilização de recursos, não somente monetários, mas de seu capital intelectual, um intangível relevante para alcançar as metas e resultados (Crespo, 2018).

Assim, a avaliação do valor do serviço público prestado tende a passar pela avaliação dos munícipes, além da difícil tarefa de fornecer dados que atendam a públicos diferentes. Por exemplo, um cidadão pode optar por ter uma praça a ter uma área de preservação ambiental, logo, são interesses diversos que entram em conflito, pois o valor e o critério são distintos (Crespo, 2018).

Os gestores de posse dos recursos públicos representam a administração pública, portanto devem se atentar para o fato de que a maior parte de seus recursos não é monetário e que o serviço público prestado, influenciará na imagem da gestão pública. Importante mencionar que os gestores devem estabelecer as metas de desenvolvimento levando-se em conta a complexidade e as variáveis existentes, para serem capazes de buscarem o desenvolvimento de forma mais eficaz (Del Bello, 2006); Niva et al., 2014).

A imagem da gestão pública é relevante para todo gestor público, Araújo e Leitão (2019) mencionam que, está no ativo intangível, uma das melhores chances para o gestor transformar a imagem da gestão pública, pois o intangível tem a capacidade de valorizar do que é público, criar valor, por meio da melhoria da qualidade dos serviços prestados. O intangível pode ser uma força na questão da melhoria contínua e realizar serviços com maior efetividade, desde que os gestores invistam no desenvolvimento do seu capital intelectual.

O setor público é um ambiente dinâmico e com percepções de públicos diferentes e tende a ter no ativo intangível um aliado pujante, como força motriz para gerar valor a gestão pública caso este ativo seja reconhecido e gerido com eficiência com possibilidade de se tornar um diferencial pela gestão que propiciará melhorias para atender aos desafios característicos do

setor público (Kong, 2008). Por fim, envolto a essas percepções diferentes, cabe a concepção de Rocknmeyer e Vieira (2017), na qual é importante cuidar dessa assimetria de informação entre o consumidor e o ente prestador dos serviços para se evitar que ela prejudique a qualidade da utilização do recurso público.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou-se de revisão bibliométrica, que é um tipo de pesquisa que abrange estudos relevantes sobre determinado tema, neste caso, a gestão de ativos intangíveis na área governamental, de forma não tendenciosa e que avalia e sintetiza os estudos usando um método predeterminado (Durigon & Diehl, 2013). De acordo com Collis e Hussey (2005) esse tipo de pesquisa não busca comprovar ou resolver problemas, mas somente gerar um conhecimento útil ao bem comum.

Quanto aos objetivos caracteriza-se como descritivo, pois, se propõe a selecionar portfólio bibliográfico sobre o tema ativo intangível na área governamental e descrever conceitos, apontamentos teóricos e práticas sobre o tema pesquisado (Marconi & Lakatos, 2003).

Para o alcance do objetivo deste estudo, fez-se a busca do portfólio bibliográfico, considerado relevante sobre o tema (Ensslin et al., 2014). Para o estudo, definiu-se as seguintes palavras-chave: **Gestão do Ativo Intangível no setor público e Gestão do Capital Intelectual no setor público**. O período de coleta dos dados foi compreendido nos meses de março e abril de 2022, de modo a terem sido coletados artigos constantes nas bases supracitadas até essa data.

A primeira busca foi feita com a palavra-chave “Gestão do Ativo Intangível no setor público” e “Gestão do Capital Intelectual no setor público” (com aspas e sem asteriscos), por relevância, referente ao período 1997 a 2022. Foram excluídos, inicialmente, documentos que não se enquadrassem em artigos científicos, dissertações e teses, bem como livros, capítulos de livros, citações, ou ainda resultados duplicados, tendo sido encontrados 1.004 estudos utilizando as palavras: Gestão do Ativo Intangível no setor público e 2.840 estudos com Gestão do Capital Intelectual no setor público, sendo que tais termos, de maneira mais ampla, a essência do tema.

Na sequência os dados foram limitados a área governamental tendo sido excluídos, os artigos em que o contexto dos termos Gestão do Ativo Intangível no setor público e Gestão do Capital Intelectual no setor público não correspondiam ao assunto principal da pesquisa. Quanto à base de dados para efetuar a pesquisa dos artigos, utilizou-se as bases alinhadas com a área de conhecimento das ciências sociais aplicadas disponibilizadas na base Scopus - Periódicos

CAPES.

Posteriormente, após a fase de exclusões dos documentos que não se enquadrassem em artigos científicos, dissertações e teses, bem como livros, capítulos de livros, citações, ou ainda resultados duplicado, restaram 1084 estudos. Após analisar, individualmente, por meio da leitura prévia do resumo, temática central, apontamentos teóricos e práticas atuais, método utilizado e os principais resultados das pesquisas, para identificar aqueles que continham informações que conduziram para o entendimento sobre a Gestão do Ativo Intangível e a Capital Intelectual no setor público, especificamente na área governamental, que resultou nestes 12 artigos com as referidas informações dos temas pesquisados, sendo, portanto, o universo amostral a ser utilizado na análise, tendo sido tabulados por meio do *MS Excel®*, com nuvem de palavras geradas pelo software *Atlas.ti*, versão 9.

Por fim, foram retiradas dos textos informações como autoria dos artigos, periódicos onde estão publicados, título, apontamentos teóricos e práticas atuais, metodologia e resultados encontrados na pesquisa. Tabulou-se os resultados e analisou-os dentro do conceito do estado da arte da pesquisa relacionados ao tema, assim como buscou-se as relações entre os diversos autores e/ou pesquisas selecionadas (Ferreira, 2002).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção são apresentados os estudos selecionados para compor esta análise bibliográfica, na Tabela 3 foram descritos os estudos que são parte da amostragem final que foi analisada

Tabela 3
Estudos analisados

Item	Título do artigo	Autores (ano)	Revista	Qualis
1	Capital Intelectual na Administração Pública Espanhola: O projeto SICAP	Landaeta, Moreno, Mártil, 2004.	Revista Eletrônica de Ciências Administrativas (RECADM) Faculdade Cenecista de Campo Largo	A4
2	O capital intelectual no sector público.	Marques, M. da C. (2004)	Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão.	B1
3	Capital Intelectual no Setor Público	Queiroz, A. B (2006)	Sociedade, Contabilidade e Gestão	A3
4	Operacionalização de um modelo de capital intelectual direcionado ao setor público	Igarashi, Igarashi e Eccel (2008)	Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR	B3
5	Gestão do Capital Intelectual: Estudo de Caso em uma Unidade de Auditoria do Exército Brasileiro	Monteiro, Diehl, Ayres, & de Vargas (2016).	Revista Ambiente Contábil	B2

6	Gestão do capital intelectual pelo método de importância e desempenho no Instituto Federal do Paraná	Meirelles, Zanini, Dal Vesco (2017)	Revista Contabilidade e Controladoria	B2
7	Proposição de uma estrutura de indicadores para apoiar a gestão dos ativos intangíveis de capital intelectual em IFES	Cunha, J. L. V (2018)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	-
8	O Setor Público e a avaliação do Capital Intelectual: um estudo de caso no Instituto Federal de Goiás, segundo o modelo de Medição do Capital Intelectual no Setor Público proposto por Queiroz em 2003.	Rodrigues, R. V (2018)	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto	-
9	Ativos intangíveis de universidades públicas federais: mensuração a luz da literatura brasileira do setor privado	Araújo; Costa (2019)	In: Congresso Internacional de Contabilidade Pública, 2., Lisboa Revista Eletrônica Cientifica da UERGS	-
10	Ativos intangíveis como são apresentadas nas demonstrações contábeis Municipais.	Stradioto, Santos e Oliveira (2020)	Revista Eletrônica Cientifica da UERGS	B1
11	A relação entre capital intelectual humano e capacidade de inovação no setor público	Silva, R. B; Jardon, C. M. F (2021)	Revista Científica "Visão de Futuro" - Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Nacional de Missões – UNAM	-
12	Gestão de capital Intelectual no setor público federal: aplicação do modelo proposto por Queiroz (2003) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Vieira (2020)	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto	-

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Verifica-se, com a análise da Tabela 3, que os artigos em sua maioria em nível nacional (83,33%), com exceção dos dois primeiros em caráter internacional (16,67%), e que estes continham as temáticas relacionadas à Gestão do Ativo Intangível e Gestão do Capital Intelectual. No que se refere às revistas observa-se que os mesmos foram publicados em periódicos de qualis “A3”, “A4”, “B1”, “B2” e “B3”. Destaca-se que não há repetição de autores dentre aqueles selecionados, em que pese que os artigos selecionados tenham como data inicial no ano de 2004, sendo o estudo de Landaeta, Moreno, Mártil (2004) aquele a iniciar essa lista, porém, assim como os 6 (seis) primeiro estudos, estes tratavam de Capital Intelectual, mas trazem em seu contexto questões sobre intangíveis, porém, o tema intangíveis fica mais evidente, inclusive é citado nos títulos, a partir de Cunha (2018) e, além destas questões, o estudo de Silva e Jardon (2020) busca fazer uma relação entre o Capital Intelectual e a capacidade de inovação no setor público.

Tabela 4
Periódicos por área de estudo

	Quantidade	Percentual
Administração e Gestão Revista Eletrônica de Ciências Administrativas (RECADM) Faculdade Cenecista de Campo Largo		
Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão.	2	16,67%
Contabilidade		
Revista Ambiente Contábil	4	33,33%
Revista Contabilidade e Controladoria In: Congresso Internacional de Contabilidade Pública, 2., Lisboa Revista Eletrônica Cientifica da UERGS Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto		
Conjunto: Contabilidade e Gestão		
Sociedade, Contabilidade e Gestão	3	25,00%
Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto		
Outros Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.		
Revista Eletrônica Cientifica da UERGS Revista Científica "Visão de Futuro" - Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Nacional de Missões – UNAM (2021	3	25,00%
Total	12	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Destaca-se na Tabela 4 que os temas Gestão de Ativos Intangíveis e Gestão do Capital Intelectual é parte de áreas distintas de estudos, 2 (dois) dos periódicos (16,67%) trazem a incidência do assunto na área de administração e/ou gestão, a maior parte dos assuntos é tratada dentro da área de contabilidade, com 33,33%, dada a afinidade do tema com a área, ainda sendo possível encontrar mais 3 (três) periódicos em área conjunta com administração, com 25% do total selecionado, reforça-se assim que, 58,33% dos temas estão na área contábil, ainda aparece o tema em 3 (três) periódicos mais genéricos, com 25% do total selecionado. A temática principal, metodologia e principais resultados dos trabalhos analisados constam da Tabela 5.

Tabela 5
Área governamental, apontamentos teóricos e práticas atuais, metodologia e principais resultados dos trabalhos pesquisados

	Ativos intangíveis: Municípios; Estados; Autarquias	Apontamentos teóricos e práticas atuais	Metodologia	Resultados
1	Administração Pública Espanhola	Função Pública e o novo papel das administrações públicas, como agentes de prestação de serviços.	Aplicação e implementação do Modelo Geral de Capital Intelectual Público através de duas ações piloto no âmbito	O modelo desenvolvido ao longo do Projeto SICAP, supõe uma primeira abordagem teórica e conceitual para valorar os ativos intangíveis detidos pelas administrações públicas, aspecto fundamental diante do conjunto de transformações que se

			da Administração Pública Espanhola	iniciam na Administração para alcançar uma gestão eficiente.
2	Setor Público	Gestão do conhecimento (produção e intangível ou era industrial para era do conhecimento) e ativos intangíveis no setor público.	Proposta de indicadores modelo de Queiroz (2003) e de Rodriguez Ruiz (2003). Indicadores: Organização interna; Relações externas; Capital humano; Compromisso social e ambiental;	No setor público há mais intangíveis que na maioria das empresas privadas, sendo um campo ideal para aplicação prática das teorias do Capital Intelectual. Os indicadores de Capital Intelectual podem converter-se num instrumento chave para explicar os processos de obtenção de vantagem competitiva e obter a inserção dos ativos intangíveis na estratégia geral da organização.
3	Setor Público	Ativos Intangíveis e proposta de modelo de capital intelectual adaptado às características do setor público.	Descritivo e agrupados em organização interna, relações externas, capital humano e compromisso socioambiental.	No setor público, tanto os objetivos das administrações quanto os recursos que o uso ou mesmo a saída, serviços em sua maioria, são mais intangíveis do que na maioria das empresas privadas, sendo, portanto, um quadro ideal para a aplicação prática das teorias do Capital Intelectual.
4	Instituição bancária pública	Elementos teóricos relacionados ao capital intelectual e revisão teórica enfocando o modelo de capital intelectual proposto por Queiroz	A pesquisa de caráter descritivo adota as seguintes técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, entrevistas informais e questionário fechado.	O modelo operacionalizado promove o processo de gerenciamento do capital intelectual, ao gerar ações de melhoria e ao informar, no âmbito organizacional, os pontos que carecem de melhoria a fim de que a instituição possa direcionar seus esforços para alavancar seus resultados em termos do capital intelectual.
5	Exército Brasileiro	O capital intelectual (CI) e capital intelectual e a auditoria interna.	Estudo de caso único. Entrevistas com au ditores e gestores militares, complementadas pela percepção dos auditados sobre o trabalho do auditor interno.	Percebeu-se a importância do CI, porém seguem um modelo de gestão superficial, sem uso de indicadores ou ferme ntas, baseado na intuição, com baixo potencial de conexão com a estratégia organizacional. Proposto um modelo com vistas a possibilitar a sua mensuração, registro e gestão
6	Diretorias de Planejamento e Administração dos *Campi* do Instituto Federal do Paraná (IFPR)	Capital intelectual no setor público, bem como à aplicabilidade das ideias de capital intelectual no setor público.	Estudo descritivo, quantitativo. Instrumento de pesquisa adaptado de Bossi (2003).	Evidenciou em quais atributos e categorias a diretoria apresentam desempenho satisfatório, devendo manter os esforços na manutenção do trabalho que vem desenvolvendo e em quais deve concentrar seus esforços em ações de melhorias visando a suprir suas deficiências.
7	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Capital Intelectual, pelos seus componentes e pelos modelos de relatórios de CI, que contemplem aplicação no segmento dos serviços públicos.	Abordagem qualitativa. Com relação aos procedimentos, esta pesquisa mescla tipologias bibliográfica, documental e estudo de caso.	Possibilitou a avaliação da estrutura e dos indicadores, ajustados ao contexto particular da instituição. Além disso, foi possível sugerir algumas formas de análise dos indicadores apurados, bem como identificar o peso de cada um deles no contexto da instituição.

8	Instituto Federal de Goiás	Conceitos de CI, ativos intangíveis, formas de capital e modelos tradicionais de mensuração, inclusive o modelo de medição aplicado ao setor público proposto pelo autor Queiroz (2003).	Pesquisa qualitativa e quantitativa; descritiva e exploratória. Utilizou-se o modelo de Medição do Capital Intelectual no Setor Público proposto por Queiroz em 2003	Os respondentes avaliaram o Capital Intelectual e pontuaram que a instituição valoriza a dimensão composta pelos indicadores relacionados às Relações Externas, sendo que Capital Humano, Organização Interna, Qualidade e Transparência não demonstraram resultados satisfatórios.
9	Universidade de Brasília	Conceito de ativo intangível e sua mensuração segundo normas e pronunciamento técnicos	Pesquisa bibliométrica. Amostra com periódicos online e um estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB) no período de 2013 a 2017	Evidenciou a escassez de pesquisas sobre ativos intangíveis no Setor Público e que a mensuração dos intangíveis na Universidade de Brasília (UnB) está de acordo com o proposto pelas normas e manuais.
10	Prefeituras municipais	O suporte teórico da análise apoia-se nas orientações de divulgação conforme o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público).	Estudo descritivo, qualitativa. Fonte de dados utilizou-se os Balanços Patrimoniais do ano de dos municípios que formam o COREDE da região Central, fornecidos pelo TCE/RS.	Os municípios não divulgam de forma adequada sua contabilidade, pois, em sua maioria, omitem ou esquecem os ativos intangíveis. Discute-se, ainda, nas considerações finais, que ao se comportarem dessa forma os municípios pesquisados ferem o Princípio Constitucional da Transparência.
11	Administração pública municipal da cidade latino-americana (Santiago - Rio Grande do Sul - Brasil).	Capital intelectual humano e capacidade de inovação no setor público	Os construtos por meio de questionários. Aplicados aos gestores das secretarias, departamentos e setores, os fatores de capital intelectual e capacidade de inovação foram analisados de forma multidimensional,	Verificou a influência positiva, direta e significativa do capital intelectual humano com capacidade de inovar no setor público, especificamente, na administração pública local/municipal em questão.
12	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Elementos que compõem o CI, e colaborar com uma perspectiva mais complementar da organização pública quanto à necessidade de gerir esses recursos.	Estudo descritiva, quantitativa, estudo de caso. A avaliação do Capital Intelectual, sob a ótica de seus gestores, considerando os elementos: Capital Humano, Organização Interna, Relações Externas, Qualidade e Transparência (Modelo proposto por Queiroz (2003)	Contribui como uma fonte de informações importantes para o fortalecimento do tema CI. Pode-se concluir que o processo de avaliação do CI do IFRO, segundo a ótica dos gestores, deduz que a instituição possui procedimentos de gestão de CI eficientes.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base nos artigos e dissertações analisados, destacam-se algumas pontuações sobre os estudos selecionados.

Os estudos de Landaeta, Moreno e Mártil (2004), Cunha (2018), Rodrigues (2018) e Vieira (2020) trazem uma relação positiva com a valorização da gestão do intangível, sendo estudos que contribuem para a temática e importância dos intangíveis para a gestão governamental, uma vez que concluem ser o mesmo preponderante para melhoria nos serviços prestados. Landeata, Moreno e Mártil (2004) destacam que a conectividade ou interdependência entre os capitais intelectuais com os indicadores do modelo fornecem informações relevantes e que permitem valorar os ativos intangíveis à disposição da administração pública considerado fundamental para se ter uma gestão eficiente. Corroborado por Cunha (2018) que apresentou um painel de indicadores de Capital para servir de base e orientar a alocação de recursos que visem melhorias nos resultados da gestão desses ativos intangíveis. Em contraponto ao que se espera da literatura teórica sobre o tema, numa relação inversa aos estudos que valorizam a capacidade do ativo intangível como útil a gestão eficiente, encontra-se a pesquisa de Stradioto, Santos e Oliveira (2020) que demonstrou nos resultados da pesquisa a não divulgação, nos municípios pesquisados estudados, e que os ativos intangíveis foram, inclusive, por vezes omitidos ou esquecidos, portanto, não tendo sido valorizados com a relevância devida.

Dentre os estudos também é possível encontrar contribuição do ativo intangível com foco no estratégico das organizações, como pode ser visto nas pesquisas de Marques (2004), Igarashi, Igarashi e Eccel (2012) e Meirelles, Zanini e Dal Vesco (2017) em que os resultados apresentaram a concepção de que o ativo intangível, capitaneado pelo Capital Intelectual, constante do estudo de Marques (2004), tem a capacidade de se converterem em instrumento chave para explicar os processos de obtenção de vantagem competitiva e obter a inserção dos ativos intangíveis na estratégia geral da organização. Ao passo que Igarashi, Igarashi e Eccel (2012) trazem uma concepção que valoriza o ativo intangível como estratégico quando apresentam que a gestão do ativo intangível, relacionado no contexto do capital intelectual tende a gerar ações de melhoria e são úteis, dentro do ambiente organizacional, para evidenciarem os pontos que carecem de melhoria a fim de que a instituição possa direcionar seus esforços para alavancar seus resultados em termos do capital intelectual. Corroborado por Meirelles, Zanini e Dal Vesco (2017) com resultados que os atributos e categorias dos intangíveis devem ser apresentados à diretoria como sendo de desempenho satisfatórios para, com isso, serem inseridos como estratégicos e serem parte das ações de melhorias.

Já os estudos de Monteiro, Diehl, Ayres e de Vargas (2016) e Araújo e Costa (2019) são contrapontos a esses achados, seus resultados não se encontram no mesmo alinhamento do alinhamento teórico esperado, quando não é apresentado o ativo intangível como estratégico. No estudo de Monteiro, Diehl e de Vargas (2016) que os ativos intangíveis, representado pelo

Capital Intelectual, até tem alguma importância, porém seguem um modelo de gestão superficial, sem uso de indicadores ou ferramentas, baseado na intuição, com baixo potencial de conexão com a estratégia organizacional. Corrobora com esse alinhamento Araújo e Costa (2019) que encontraram que, no setor público, a mensuração dos intangíveis está de acordo com o proposto pelas normas e manuais, não sendo parte do estratégico, apenas cumpre-se as recomendações.

Outros dois fatores apresentados nos estudos sugerem duas linhas de ideias, conduzem para a relevância do ativo intangível, a primeira destas linhas, traz uma na abordagem do mesmo como propulsor da ideia de que o ativo intangível ganha mais importância no setor público, na área governamental, pois a gestão pública presta serviços e estes são, necessariamente, conduzidos pelos servidores públicos e/ou prestadores de serviços contratados com foco na satisfação da população. O estudo de Queiroz (2006) apresenta justificativas para essa concepção e alinhamento ao apresentar como resultado que, no setor público, a maioria dos serviços prestados ou utilização dos recursos são, em sua maioria, relacionadas ao capital intelectual, sendo maiores que nas empresas privadas, sendo, portanto, um quadro ideal para a aplicação prática das teorias do Capital Intelectual. Já a segunda linha de pensamento traz o ativo intangível muito próximo da concepção da capacidade de inovar apresentada por Silva e Jardon (2020) que apresentou uma relação positiva entre a capacidade de inovar e o capital intelectual, sendo esta relação direta e significativa, especificamente, na administração pública municipal.

A Figura 1 indica as palavras de maior incidência nos 12 artigos pesquisados, de modo a serem identificados os principais termos abordados por esses trabalhos.

Figura 1: Nuvem de palavras
Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A nuvem de palavras, constante na Figura 1, indica que as palavras capital, intelectual, ativos, intangíveis, público, gestão, humano e indicador são as mais mencionadas nos artigos e dissertações analisadas.

5 CONCLUSÃO

O artigo buscou identificar quais os apontamentos teóricos e práticas mais relevantes da produção científica em periódicos nacionais e internacionais pertinente à gestão do ativo intangível na área governamental.

Com base no portfólio bibliográfico sobre o tema ativo intangível na área governamental, observou-se que os estudos são discutidos, principalmente na área contábil, no entanto, constata-se que a maioria dos estudos foram desenvolvidos em Instituições Públicas de Ensino, voltados para a análise da Gestão do Capital Intelectual.

Constata-se que dentre os estudos analisados os apontamentos teóricos e práticas atuais foram embasados na discussão teórica acerca de ativos intangíveis e capital intelectual, não constando teoria de base nos estudos pesquisados. Dessa forma, percebe-se nos estudos a discussão, sobretudo na gestão do conhecimento e capacidade de inovação do setor público, conforme descrito no estudo de Silva e Jardon (2020), porém poucos estudos, como o de Stradioto, Santos e Oliveira (2020), abordam com maior ênfase os ativos intangíveis na área pública, inclusive tendo concluído que os municípios não divulgam de forma adequada esses

intangíveis, omitindo ou esquecendo-os. O estudo de Cunha (2018), que trata da gestão dos ativos intangíveis nas Instituições Federais de Ensino Superior com foco em apresentar uma proposição de uma estrutura de indicadores para apoiar a gestão dos ativos intangíveis de capital intelectual em IFES, porém, Araújo e Costa (2019) já havia evidenciado a escassez de pesquisas sobre ativos intangíveis no setor público.

Como limitações deste estudo consta o fato de vários estudos da amostra serem em instituições de ensino, o que pode não refletir a realidade da área governamental, o que já abre uma lacuna aqui para futuras pesquisas.

A partir dessa análise, sugere-se, para pesquisas futuras, aprofundar os estudos do tema nas áreas, principalmente, aquelas relacionadas à gestão do ativo intangível no setor público como um todo, desse modo, será possível refletir a melhoria da gestão das organizações governamentais a partir da utilização dos ativos intangíveis. Sugere-se, ainda, que os estudos apontem a teoria de base utilizada.

REFERÊNCIAS

Almeida, A. S., (2015). A contabilidade e a gestão dos intangíveis no Setor Público Brasileiro: o caso do Comando da Aeronáutica. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Antunes, M. T. P. (2006). A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão. Revista de Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 41, p. 21-37.

Araújo, A. A., Leitão, C. R. S. (2019). Ativo Intangível no Setor Público: Percepção das Instituições Federais de Ensino Superior Quanto ao Cumprimento da NBC TSP 081. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade,* 9(3), 31-45

Araújo, R. M. de; Costa, A. J. B. (2019). Ativos intangíveis de universidades públicas federais: mensuração a luz da literatura brasileira do setor privado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA, 2., 2019, Lisboa.

Brandt, V. A.; Machaiewski, S.; Geib, V. (2018). Intellectual capital and its relationship with retailer trade business profitability indexes listed in BM&FBOVESPA. Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, 15(4), 255-263.

Collis, J.; Hussey, R. (2005). Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Bookman, 2ª ed.

Crespo, M. J. C. (2018). En busca de un marco para medir el valor intangible de lagestión pública - análisis de casos prácticos de evaluacióndel “valor público”. Gestión y Análisis de Políticas Públicas, 19

Dumay, J.,Garanina, T. (2013). Intellectual capital research: a criticalexaminationofthethirdstage. JournalofIntellectual Capital.

Durigon, A. R.; Diehl, C. A. (2013). Controladoria no setor público: uma análise dos artigos publicados no congresso usp de controladoria e contabilidade-período de 2001 a 2011. Contabilidade Vista & Revista, 24(2).

Eccel, S., Igarashi, D. C. C., Igarashi, W., Igarashi, W. (2012). Operacionalização de um modelo de capital intelectual direcionado ao setor público. *Ciências Sociais Aplicadas Em Revista*, *10*(19), 23–26.

Edvinsson, L.; Malone, M. S. (1998). Capital Intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books.

Ensslin, S. R., Ensslin, L., Kremer, A. W., Chaves, L. C. & Borgert, A. (2014). Comportamentos dos custos: seleção de referencial teórico e análise bibliométrica. Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ 19(3).

Ferreira, N. S. de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 79, 2002.

Francini, W. S. (2002). A gestão do conhecimento: conectando estratégia e valor para a empresa. *RAE-eletrônica, 1*(2).

Gimenes, R. M. T., Mota, E. A., Tapia, D. V., Carraro, F., & Gonçalves, D. D. (2019). Capital humano, relacional e estrutural em organizações hospitalares: evidências empíricas/Human, relationalandstructural capital in hospital organizations:empiricalevidence. Brazilian Journal of Development, 5(12), 30432-30450.

Gogan, L.-M., Rennung, F., Fistis, G., Draghici, A. (2014). A Proposed tool for managing intellectual capital in small and medium size enterprises. Procedia Technology, 16, 728–736.

Gowthorpe, C. (2009). Wider still and wider? A critical discussion of intellectual capital recognition, measurement and control in a boundary theoretical context. Critical Perspectives on Accounting, 20, 823–834.

Guthrie, J.; Ricceri, F.; Dumay, J. (2012). " Reflexões e projeções: Uma década de Pesquisa em Contabilidade de Capital Intelectual ," The British Accounting Review , Elsevier, 44(2), p. 68-82.

Hendriksen, E. S., Van Breda, M. (1999). Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas.

International Accounting Standards Board (2001, abril). IAS 38 Intangible Assets. Recuperado de http://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-38-intangible-assets. Acesso em 12 de maio, 2022.

Joia, L. A. (2001). Medindo o capital intelectual. Revista de Administração de Empresas, 41(2).

Kayo, E. K. (2002). A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. Tese (Doutorado em Administração) – FEA/USP, p 14.

Kayo, E. K., Kimura, H., Martin, D. M. L., Nakamura, W. T. (2006). Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. Revista de administração contemporânea, 10(3), 73-90

Kong, E. (2008). The development of strategic management in the non-profit context: Intellectual capital in social service non-profit organizations. International Journal of Management Reviews, 10(3), 281–299.

Landaeta, R. P.; Moreno, C. M.; Mártil, L. V. (2004). Capital Intelectual enlaadministración pública española: elproyectosicap [doi: 10.5329/RECADM. 20040301001]. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa-RECADM, v. 3, n. 1, p. 1-32, 2004

Lemes, S.; Carvalho L. N. (2010). Contabilidade Internacional para Graduação. São Paulo: Atlas.

Lei nº 4.320, 17 de março de 1964 (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em 12 de maio, 2022.

Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007- 2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em 12 de maio, 2022.

Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

Marques, M. da C. da C. (2004). O capital intelectual no sector público. *Revista Portuguesa E Brasileira De Gestão, 3*(4), 30–41.

Meyr, C. E.; Klein, S. B.; Souza Junior, W. D.; Dall'Asta, D. (2019). Efeito dos Componentes do Capital Intelectual sobre o Desempenho Financeiro de Empresas Brasileiras Listadas no IBRX-50 da B3 de 2013 a 2017. Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão, 17(3), 88-113.

Moreira, F. G., Violin, F. L., & Silva, L. C. (2014). CI como vantagem competitiva: um estudo bibliográfico. Revista de Carreiras e Pessoas, 4(3), 296-311.

Niva, T.H., Lima, I.A, Silva, C.L. (2014) A coopetição e os APL como indutores do desenvolvimento local: um panorama no Estado do Paraná. Informe GEPEC, v. 20, n.1, 148-163.

Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 08 (2017). Ativo Intangível. Recuperado em: http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbctsp-do-setor-publico/. Acesso em 12 de maio, 2022.

Perez, M.M; Famá, R. (2006). Ativos intangíveis e desempenho empresarial. Revista eletrônica R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, 40, p. 7-24.

Pronunciamento Técnico CPC-04 (2010) Ativo Intangível. Recuperado de http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35. Acesso em 12 de maio, 2022.

Rockenmeyer, A.C., Vieira, E. T. (2017) O método da assimetria informacional para avaliação do PRONAF no Município de São José do Barreiro entre 2008 a 2012. Informe Gepec, v. 21, n.2, p. 63-81.

Rodrigues, H. M. da S. S.; Dorrego, P. F. F.; Fernández, C.M.; Fernández, J. (2009). La influencia del capital intelectual enlacapacidad de innovación de las empresas del sector de automoción de laEurorregión Galicia Norte de Portugal. Tese de Doutorado. Universidade de Vigo – Espanha.

Roos, G. E.; Roos, J. (1997). Measuring Your Company's Intellectual Performance. Long range planning, 30(3), 413-426.

Sánchez, P., Elena, S., Castrillo, R. (2006). Intellectual capital management and reporting for universities: The case study of the Autonomous University of Madrid. paper presented at

the 2nd Workshop on Visualising, Measuring and Managing Intangibles and Intellectual Capital, Maastricht, The Netherlands, 25-27 October.

Silva, R. B; Jardon, C. M. F (2020). A relação entre capital intelectual humano e capacidade de inovação no setor público. Revista Científica "Visão de Futuro" - Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Nacional de Missões – UNAM.

Stewart, T. A (1998). Capital Intelectual, a Nova Vantagem Competitiva das Empresas. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Sveiby, K. (1998). A nova riqueza das Organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Rio de janeiro: Campus.